

Unidades prisionais como lugares de cultura: relatos de interações de mulheres privadas de liberdade no Centro de Progressão Prisional Butantã (2024-2025)

Resumo:

Esse artigo parte da hipótese de que unidades prisionais também se configuram como lugares de cultura, não apenas de confinamento. Conforme Yuri Lotman, “cultura não é um depósito de informações; é um mecanismo organizado, de modo extremamente complexo (...). Recebe as coisas novas, codifica e decodifica as mensagens, traduzindo-as em outros sistemas de signos” (apud Ferreira, 1995, p. 116).

Desde agosto de 2023, a Associação Liberdades Poéticas conduz rodas de leitura no Centro de Progressão Prisional Butantã (SP-SP) para promover remição de pena por leitura, conforme a Resolução nº. 391/2021 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, simultaneamente, analisar a cultura como sistema semiótico, conforme preconizado por Lotman (1996).

O corpus do artigo constitui-se das anotações do caderno de campo desde 2024, quando se deu a primeira renovação da assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap), instituição que funciona como interface entre a Associação Liberdades Poéticas e o Estado. Os trechos citados e reproduzidos no texto foram produzidos a partir das rodas de leitura de **Viola Ensanguentada** (2022), de Wesley Barbosa, paulistano, periférico e negro, em dois momentos distintos: em três encontros mensais em agosto de 2024 e em outros três em agosto de 2025.

A análise qualitativa, descritiva e analítica comprova a hipótese. Mesmo sob vigilância constante, as mulheres traduzem, conforme Yuri Lotman (1996), o texto lido em novos signos — ativando memórias individuais e coletivas — o que transforma o espaço prisional em lugar de produção de cultura.

Para sustentar a análise acionamos referenciais teóricos do campo da cultura, da memória social e de práticas de leitura no sistema prisional.

Palavras-chave:

Viola Ensanguentada, Lugar de cultura, Memória, C.P.P Butantã

Abstract:

This article is based on the hypothesis that prisons are also places of culture, not just confinement. According to Yuri Lotman, “culture is not a repository of information; it is an extremely complex, organized mechanism (...). It receives new things, encodes and decodes messages, translating them into other sign systems” (apud Ferreira, 1995, p. 116).

Since August 2023, a Associação Liberdades Poéticas has been conducting reading circles at the Centro de Progressão Penitenciária Butantã (SP-SP) to promote sentence remission through reading, in accordance with Resolution nº. 391/2021 by the National Council of Justice (CNJ), and simultaneously analyze culture as a semiotic system, as recommended by Lotman (1996).

The corpus of the article consists of notes from the field notebook since 2024, when the first renewal of the Technical Cooperation Agreement with the “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” Foundation (Funap) took place, an institution that acts as an interface between the Poetic Freedoms Association and the State. The excerpts cited and reproduced in the text were produced from the reading circles of **Viola Ensanguentada** (2022), by Wesley Barbosa, a black man from the outskirts of São Paulo, at two different times: in three monthly meetings in August 2024 and in another three in August 2025. Qualitative, descriptive, and analytical analysis confirms the hypothesis. Even under constant surveillance, women translate, according to Yuri Lotman (1996), the text read into new signs — activating individual memories.

Qualitative, descriptive, and analytical analysis confirms the hypothesis. Even under constant surveillance, women translate, according to Yuri Lotman (1996), the text they read into new signs—activating individual and collective memories—which transforms the prison space into a place of cultural production.

To support the analysis, we draw on theoretical references from the fields of culture, social memory, and reading practices in the prison system.

Key words:

Viola Ensanguentada, Lugar de cultura, Place of culture , Memory, C.P.P Butantã


Introdução

A Associação Liberdades Poéticas, da qual sou uma das fundadoras e voluntária, realiza desde agosto de 2024 no Centro de Progressão Penitenciária do Butantã “Dra. Marina Marigo Cardoso”, situado na Rodovia Raposo Tavares, km 19,5, s/n, Jardim Arpoador, na cidade de São Paulo, atividades de remição de pena por leitura, conforme a Resolução no. 391/21, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹. Trata-se do benefício que abate quatro dias de pena a cada livro lido, não podendo ultrapassar 12 títulos ao ano, ou seja, 48 dias. Conforme a Secretaria de Administração Penitenciária (S.A.P), essa unidade, denominada daqui em diante como C.P.P Butantã, é a única em todo o estado de São Paulo, para quem está em final de cumprimento de pena. em regime semiaberto, que permite saídas diurnas para trabalhar ou estudar, retornando para o pernoite². Atualmente com capacidade para 1.412 vagas, custodia 1.091 mulheres privadas de liberdade, doravante denominadas P.P.L.

Fig. 1 – Informações sobre Centro de Progressão Penitenciária Dra. Marina Cardoso de Oliveira do Butantã

¹ Anteriormente atendíamos mulheres privadas de liberdade em regime fechado na Penitenciária Femina da Capital (PFC), transferidas em 01 ago. 2024 para O CPP Butantã. (LIMONTA & LIMONTA ADVOCACIA, 01 ago, 2024), Disponível em: [https://www.facebook.com/vanessa.limonta.3/posts/e-
hoje-saiu-o-%C3%BAltimo-bonde-transporte-de-presas-os-da-penitenci%C3%A1ria-feminina-da-
/8590175624335652/](https://www.facebook.com/vanessa.limonta.3/posts/e-
hoje-saiu-o-%C3%BAltimo-bonde-transporte-de-presas-os-da-penitenci%C3%A1ria-feminina-da-
/8590175624335652/) Acesso em: 08 nov. 2025.

² Disponível em: <https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/cpp-fem.html> Acesso: 08 nov. 2025

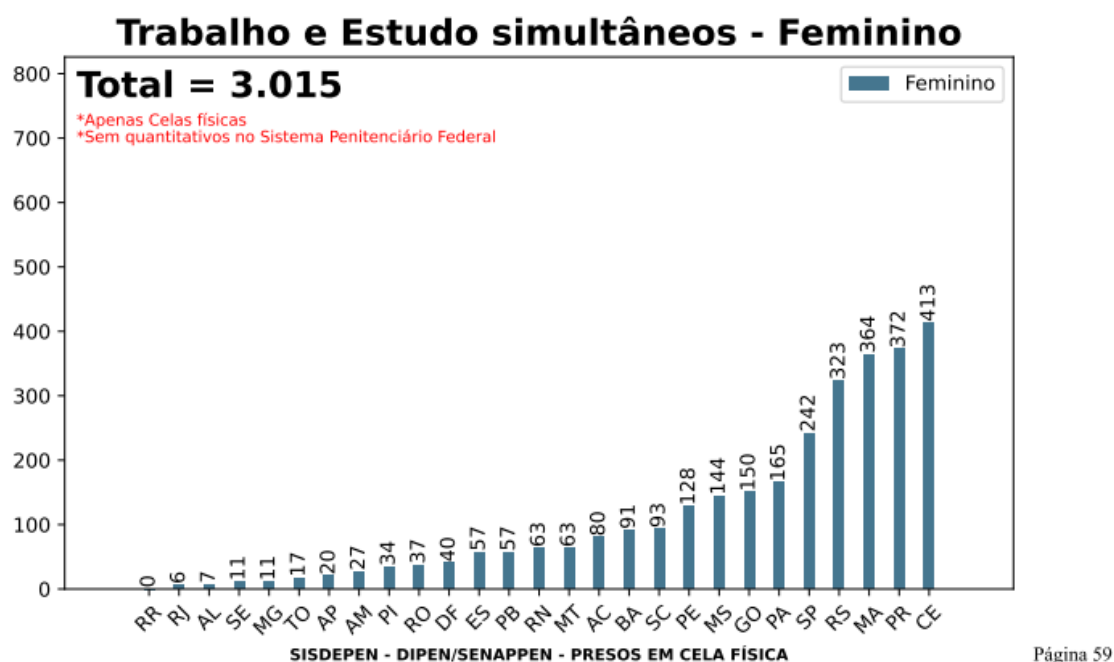
CEPRMSP	CEPRVALI	CEPRCENTRAL	CEPRNOROESTE	CEPRNORTE	CEPROESTE
São Paulo - CPP Feminino "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira" de Butantan					
Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo 					
Endereço: Rodovia Raposo Tavares Km 19,5 Jardim Arpoador Butantan					
CEP: 05577-300 - São Paulo - SP					
E-mail: cppfbutantan@sp.gov.br , jucelia.silva@sp.gov.br e dgeral_pfbutantan@sap.sp.gov.br					
Fone: (11) 3732-2990/ 2991/ 2992/ 2993/ 2994/ 2995					
População prisional - data: 06/nov					
Capacidade: 1412 População: 1091					
Ficha Técnica					
Área construída: 7300 m ²					
Inauguração: 20/11/1990					
Regime: semiaberto					

Fonte: SAP, 2025, s.p.

Os grupos de até 20 PPL que se formam ao longo dos 08 meses/ano em que atuamos, isto é, de fevereiro a junho e de agosto a novembro, não se mantêm muito estáveis, pois algumas das participantes começam a trabalhar dentro ou fora da unidade, nos mesmos horários, ou ficam doentes ou sofrem castigos. Ocorre, também, de eventualmente não serem chamadas a tempo para a atividade, embora a nova administração da unidade, desde agosto de 2025, tenha se mostrado muito empenhada para as diferentes atividades de voluntariado funcionarem regularmente.

Os critérios de formação dos grupos não são muito claros. Sabemos que os dirigentes tendem a acatar pedidos das interessadas, enviados por escrito aos agentes penais da “Produção”, mas acreditamos que outras variáveis, como bom comportamento e grau de escolaridade também sejam decisivos. Há uma demanda reprimida, pois atendemos apenas 1,83% do total da população do C.P.P Butantã. As demais oportunidades de remição de pena, como trabalho e educação, também atendem a um percentual muito pequeno: em todo o estado de São Paulo, de 2.318 mulheres privadas de liberdade e em regime semiaberto (SENAPPEN, 2025, p. 24 e p. 59), apenas 242 trabalham e estudam simultaneamente, isto é, aproximadamente 10,44%.

Gráfico 1. Trabalho e estudo simultâneos - Feminino



Fonte: SENAPPEN, 2025, p. 59

Ainda que tais números e percentuais extraídos de fontes oficiais federais e estaduais revelem a baixa participação da sociedade civil para atuar no terceiro maior sistema carcerário do mundo, perdendo apenas para China e Estados Unidos (Barros Filho, Leite, Monteiro, 2023, p. 9), acreditamos que mesmo trabalhos com pequeno alcance, como o desenvolvido pela Associação Liberdades Poéticas, deve ser publicizado para engajar mais voluntários e reforçar a ampliação de projetos que visem reconstruir a autoestima das pessoas privadas de liberdade, a camada social mais estigmatizada no Brasil.

Seus resultados, com mostraremos a seguir, fomentam a cidadania das PPL, no lugar de puni-las, e também “refletem o caráter emergencial de discutir projetos de sociedade que contemplem as pessoas em privação de liberdade, nos Estados-nação signatários dos direitos humanos, [como o Brasil], para além dos marcos legais vigentes” Barros Filho, Leite, Monteiro, 2023, p. 9).

Nesse artigo respondemos às seguintes questões: como as unidades prisionais, em especial o C.P.P Butantã, podem ser entendidos como lugares de cultura? A leitura em particular colabora para resistir à adversidade, uma vez que “somos seres da narrativa” (Petit, 2010, p. 125).

Justifica-se a relevância acadêmica desse texto por entender o espaço prisional como um ambiente potencial para transformar pessoas privadas de liberdade e invisibilizadas em sujeitos detentores de cultura, cujas memórias precisam ser vocalizadas e politizadas.

Assim, além da introdução e das conclusões, nas próximas 4 seções serão apresentados respectivamente: 1. breves comentários teóricos sobre cultura, a partir de Sigmund Freud, de Iuri Lotman e sobre encarceramento do eu, de Erving Goffman; 2. etnografia da pesquisa; 3. apresentação da obra literária e 4. memórias e cultura – vivências da teoria,

com referências de Yuri Lotman e seus comentadores, a partir das interações de **Viela ensanguentada** (2022), de Wesley Barbosa, autor negro e periférico, com aproximadamente 30 mulheres apenadas, entre 2024 e 2025.

1. Sigmund Freud, Erving Goffman e Iúri Lotman – breves comentários teóricos

Em **O futuro de uma ilusão** ([1927], s. d) Sigmund Freud discute a necessidade de o ser humano ter alguma crença religiosa, embora a considerasse alienante, para suportar o desamparo, a noção de finitude, a fragilidade do corpo, a necessidade de controlar agressividade, ou seja, elementos disparadores de dores psíquicas. Renata Udler Cromberg, uma das prefaciadoras da versão que consultei, explica que, para o psicanalista (s.d. p. 13),

O sofrimento mental humano não é nem o produto de forças exteriores, como a religião faz acreditar, nem o produto de lesões corporais ou de heranças familiares, como a medicina fazia crer até então.

É na história singular de cada homem, em conjunção com as forças pulsionais que habitam seu corpo e inscritas na constituição de seu psiquismo, que encontramos as razões para o sofrimento psíquico que se expressa através de seu corpo e de sua alma.

Ou seja: para Freud, que nos anos 1920 lutava para a psicanálise ser vista como uma ciência independente da medicina, a cura dar-se-ia por meio da fala do paciente ao psicanalista que, “da posição de escuta em que está, abre a fala do sujeito para um saber verdadeiro desconhecido por ambos, até que este surge, inesperadamente” (s.d., p. 14).

Portanto o alívio e superação das dores psíquicas está no próprio homem e não fora dele. Trata-se de uma tarefa libertadora, mas difícil, pois para Freud

em geral, os homens vivem o presente como que ingenuamente, sem conseguir apreciar seus conteúdos; primeiro precisam se distanciar dele, ou seja, o presente precisa ter se transformado em passado caso se queira tirar dele pontos de referência para o juízo sobre o futuro (s.d., p.21).

Nas páginas que seguem no mesmo artigo, Freud pontua que todos os seres humanos estão inseridos em uma cultura que dominou as forças da natureza para satisfazer e controlar seus impulsos, a partir de instituições que regulam as relações e mantêm as divisões dos bens. Surge, assim, uma ambiguidade, pois para viver em sociedade o ser humano é obrigado a sacrificar alguns impulsos para corresponder a uma cultura muitas vezes imposta por grupos dominantes, em detrimento dos mais fracos. A esse esforço de adaptação, Freud dá o nome de trabalho psíquico.

Ora, o que acontece quando determinados grupos sociais se frustram por não terem seus impulsos satisfeitos, mesmo que trabalhem psiquicamente? Ou que não puderam interiorizar a coerção externa, por meio da qual nos controlamos?

A resposta é previsível: frustram-se e muitos tornam-se infratores. Nas palavras de Freud:

É de se esperar que essas classes desfavorecidas invejem as vantagens das privilegiadas e façam de tudo para se livrar de seu próprio acréscimo de privações. Quando isso não for possível, uma medida constante de descontentamento se imporá dentro dessa cultura, o que pode levar a rebeliões perigosas. (...) Não se deve, pois, esperar uma interiorização das proibições culturais entre os oprimidos; pelo contrário, eles não estão dispostos a reconhecer essas proibições, antes estão empenhados em destruir a própria cultura e, eventualmente, até em abolir os seus pressupostos. (...). Não é preciso dizer que uma cultura que deixa insatisfeito um número tão grande de membros e os incita à rebelião não tem perspectivas de se conservar perpetuamente, nem o merece ([1927], s.d., p. 29-30).

Quando flagrados, “os oprimidos” (como os nomeia Freud), se não são mortos, são sentenciados e privados de liberdade. Ao adentrarem os portões das unidades em que cumprirão suas penas, são apartados do mundo externo por muros altos, arames farpados, torres com vigilância permanente “para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui(r) o problema imediato” (Goffman, 2015, p.17).

Todas as ações que antes do aprisionamento eram desempenhadas em lugares e com diferentes pessoas, como o trabalho, a escola, a diversão, as festividades, etc., passam a ser desenvolvidas em “um único lugar e sob uma única autoridade e cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e abrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto”. (Goffman, 2015, p.18).

Consequentemente, perdem autonomia para decidir o que vestir, quando se alimentar, acordar, dormir, fazer higiene pessoal. É o sistema que tudo controla, incluindo-se a sexualidade e a sociabilidade, uma vez que passam a dividir celas muitas vezes superlotadas, com pessoas que não escolheram. Nesse tipo de ambiente, a que Goffman (2015) classifica como “instituição total”, criam-se dois grupos sociais distintos e que jamais se misturam: a dos dirigentes e a dos dirigidos (ou oprimidos). Os primeiros enxergam os segundos como pouco confiáveis, seres inferiores, e os segundos percebem os primeiros como mesquinhos, autoritários e arrogantes.

Entretanto, enquanto os dirigentes podem voltar à vida privada depois de cumpridas suas jornadas, os dirigidos continuam, de acordo com suas penas, por anos ou meses a fio misturados uns aos outros, sem privacidade sequer para satisfação de necessidades fisiológicas e higiene pessoal. Não há mais vida reservada, ou como sugere Erving Goffman, o “eu da pessoa é mortificado”. Sua autoimagem é aniquilada, pois começam a enfrentar “algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele” (2015, p. 24). Isso não significa, entretanto, que uma vez assimiladas as regras da instituição que potencializam suas chances de sobrevivência e adaptação ao novo meio, que a cultura que a pessoa privada de liberdade carregou para dentro da unidade seja abandonada e esquecida.

É nesse ponto da reflexão que acionamos Iuri Lotman, semiótico da cultura, que nos anos 1960 fundou a escola de Tartú e Moscou, segundo a qual o signo, “elemento primário de toda a comunicação”, não está isolado no destinador e receptor. Ao contrário, faz parte de um complexo sistema em permanente transformação, por meio da semiosfera, conceito análogo ao da biosfera. Trata-se, como explica Nunes (2011, p. 18), de um “espaço preenchido pelos signos na cultura, fora do qual não existe a semiose, isto é, a ação do signo que nos marca como seres viventes, seres culturais”, ou como explica Machado (apud Nunes, 2011, p. 19): “semiosfera é o conceito que se constitui para nomear e definir a dinâmica dos encontros entre as diferentes culturas e, assim, construir uma teoria crítica da cultura”.

Uma das suas características da semiosfera é ser fechada, mas não impermeável. Ou seja, ao ter contato com outras culturas, filtra-as e passa a produzir, em um *continuum*, novos sentidos. É “a fronteira que responde justamente pela possibilidade de um espaço comunicar-se com outro, codificado de um modo estranho a uma semiosfera dada” (NUNES, 2011, p. 20). E, finalmente, recorremos a Ferreira (1995, p117) quem explica que para Lotman:

a cultura é um feixe de sistemas semióticos (linguagens) formalizados historicamente. (...) Traduzir um certo setor da realidade em linguagem, transformá-la num texto, isto é, numa informação codificada de um certo modo, introduzir esta informação na memória coletiva e para ele um ponto fundamental (...) e conclui, de forma a não deixar lapsos: somente aquilo que foi traduzido num sistema de signos pode vir a ser patrimônio da memória”.

Tais reflexões teóricas correspondem à minha percepção enquanto pesquisadora, pois, como veremos mais à frente, nas rodas de leitura em que se discutiram os mais variados livros, as leitoras acionaram espontaneamente seus conhecimentos e experiências prévios, ainda que estivessem emocionalmente afetadas pela nova situação em que se encontravam, “a instituição total”, de Goffman.

É nesse ponto de minhas reflexões que contextualizo o sistema prisional no Brasil.

2. Etnografia da pesquisa

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), no Brasil, em 30 jun. 2025, havia 701.637 pessoas privadas de liberdade. Desse total, 669.864 são homens, dos quais 105.835 são pretos, 328.236 pardos e 26.121 não informados. Os demais são amarelos e indígenas. Já as mulheres são em menor número: 29.137, das quais 4.448 são pretas e 15.746, pardas. Não informaram cor de pele, raça ou etnia 1.058 mulheres. As demais distribuem-se entre amarelas e indígenas (2025, p. 86).

Em percentuais: do total de homens privados de liberdade, 61,9% são negros (pretos e pardos) e, de mulheres custodiadas, 2,88% são negras (pretas e pardas), totalizando 64,78% de homens e mulheres negros privados de liberdade.

Arredondando, podemos afirmar que 65% da população que declarou sua cor são negros, o que se confirma tanto pela herança escravocrata brasileira, quanto pela prática brasileira

de, no Brasil, prevalecer “a política de repressão nas periferias pobres, com a prisão em massa de jovens negros, com baixa escolaridade e que têm poucas chances nos circuitos formais (JESUS, GAMA, 2024, p.184). Também refletem o racismo estrutural, isto é, racismo como decorrência da própria estrutura social, apesar da sanção da Lei 12.711, de 2012, a Lei de Cotas, importante conquista da luta dos movimentos negros e de outros movimentos sociais pelo acesso ao ensino superior (Agência Senado, s.d.).

Outras ações igualmente importantes foram propostas, como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347, (ADPF 347),), proposta em 2015 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre violação massiva de direitos humanos no sistema prisional brasileiro, onde predominam: “celas superlotadas e imundas, falta de água e de materiais de higiene básicos, proliferação de doenças, mulheres dando à luz nas próprias penitenciárias, agressões e estupros, bem como a ausência de oportunidades de estudo e trabalho” (STF, 06 out, 2023).

Portanto, ainda é correto afirmar que “a política de segurança pública no Brasil tem se apresentado mais como gestão da pobreza do que como a busca efetiva para resolução dos problemas cotidianos da população” (Jesus, Gama, 2024, p. 184) ou como propõem Tonti e Brito (2023, p. 245), “o sistema de justiça criminal brasileiro funciona como um aparato reprodutivo de injustiças e desigualdades étnico-raciais, econômicas, sociais e políticas”.

É o que também constatamos em nossas idas ao CPP Butantã desde agosto de 2024³, quando a Associação Liberdades Poéticas foi a essa unidade pela primeira vez. De minha residência até lá, são 16 km. Percorridos de carro, levo em média 40 min. Alguns voluntários vão de transporte público, associando metrô e ônibus ou metrô e uber. Chegamos às 14h00, sempre às 5as-feiras. Quando não é possível estacionar no local, encontramos vagas gratuitas na Vila Olímpica Mario Covas, a 350 m de distância. Encerramos as rodas às 16h00, e cada associado volta para sua casa, seja de carona. seja de uber até a estação de metrô mais próxima, Vila Sonia ou Cidade Universitária, ambas da linha amarela.

Para podermos adentrar os portões, é necessário que todos os voluntários enviem uma vez ao ano seus documentos de identidade com muita antecedência para o e-mail da unidade, a fim de que sejam investigados os antecedentes criminais de todos. Na sequência, guardamos nossos pertences pessoais em lockers e passamos por uma revista semelhante às realizadas nos aeroportos, com um scanner corporal. Dirigimo-nos à biblioteca ou às salas de aula, onde ocorrem as rodas de leitura, mas antes atravessamos um pátio, quase sempre vazio, onde fica o refeitório dos funcionários. Seguimos por um corredor à direita, coberto e ladeado por jardins. Ao final encontramos um portão normalmente destrancado, ao lado de uma sala de controle com várias agentes penitenciárias. Ao passar por ele, avistamos alguns grupos de mulheres, provavelmente em intervalo de suas jornadas de trabalho interno. Todas nos cumprimentam, dizendo: “Boa tarde, senhora” ou “Boa tarde, senhor” com as mãos para trás e desviam os olhares curiosos sobre nós.

Depois de um lance de escada, chegamos ao andar onde ficam os funcionários da Produção, semelhante a uma secretaria escolar, com mesas de trabalho, computadores, arquivos de metal. Uma funcionária ou às vezes uma PPL nos entrega a lista de presença

³ - De maio de 2023 a junho de 2024 atendíamos as mulheres na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), no Carandiru. Passamos a frequentar o CPP Butantã a partir de agosto de 2024 com a transferência delas para essa unidade dois meses antes.

das leitoras daquele ciclo e, finalmente, chegamos à biblioteca, onde aguardamos as educandas por muitos minutos.

A biblioteca comporta 05 estantes com livros, organizados por temas, como literatura brasileira, religião etc. Desde agosto de 2025 duas mulheres privadas de liberdade desempenham papel de bibliotecárias, seja organizando doações de obras nas prateleiras ou registrando em computador offline seus títulos. Não há entradas por nome e sobrenome de autores. Quando perguntei se havia exemplares de Rubens Paiva, não foi possível descobrir se havia alguma obra dele, sem ser percorrendo os corredores de estantes.

Também há uma seção separada, onde guardam-se os livros doados pela Funap com mais de 20 exemplares cada, tais como: **Capitães de Areia**, de Jorge Amad;, **Crime e castigo**, de Leon Tolstói, **A hora da estrela**, de Clarice Lispector; **D. Casmurro**, de Machado de Assis.

Perpendicularmente às estantes, há uma mesa forrada com tecido amarelo, com aproximadamente 12 cadeiras de plástico. Quando há um maior número de leitoras, as demais sentam-se nos pufes e em um sofá, localizado ao fundo da biblioteca. Embora tenha uma aparência um pouco desorganizada, o ambiente é acolhedor, pois há janelas por onde entra muita luz e conforto relativo.

O primeiro encontro no CPP, em agosto de 2024, foi muito diferente dos demais. Entre abraços e beijos trocados entre voluntários e mulheres privadas de liberdade, ouvimos relatos muito angustiados decorrentes da recente transferência delas da Prisão Feminina da Capital, na zona norte de São Paulo, para essa unidade, na zona oeste. Queixavam-se de perda de seus prontuários de saúde, de remédios que deixaram de ser entregues, de falta de banho de sol e de privacidade para usarem os sanitários e os chuveiros. Não havia portas e os lençóis improvisados que amarraram para substituí-las foram arrancados sumariamente por ordem da direção daquela época. Disseram, ainda, que as relações sociais constituídas anteriormente foram rompidas pela redistribuição das mulheres nas celas, pela transferência de algumas companheiras a outras unidades espalhadas pelo estado de São Paulo. Estavam emocionadas que nós, voluntárias e voluntários, não as abandonamos, mesmo “estando agora tão longe”.

Ouvimos suas inquietações e suas dores e as acolhemos, reforçando que não nos cabia denunciar os maus tratos, mas, sim, levar a possibilidade de saírem mais rapidamente do sistema carcerário por meio de nosso trabalho. Tínhamos um livro novo em mãos, que acreditávamos ter muita proximidade com as vidas delas: **Viela ensanguentada**, de Wesley Barbosa, escritor jovem, paulistano, negro e periférico. Não erramos.

3. Viela Ensanguentada – quando presente e passado abalam projeções de futuro

Durante cada ciclo de leitura, com 3 encontros mensais, anoto, em um caderno de campo, os comentários das aproximadamente vinte leitoras escolhidas pela diretoria da unidade prisional sobre os títulos discutidos. Como já mencionamos, nem todas comparecem nas três datas: algumas estão em castigo, outras recebem alvará de soltura, outras trabalham dentro ou fora da unidade e ainda há as que não são chamadas em suas celas para se dirigirem ao nosso encontro, doentes ou sofrendo alguma punição.

No primeiro encontro do ciclo, o autor é apresentado: sua origem, em que época nasceu e escreveu, se faz parte do cânone, se é negro, branco ou de outra cor de pele, etc. Quanto ao livro, trabalhamos desde a capa, a editora, o número de páginas, até o conteúdo propriamente dito. Pedimos às leitoras que leiam em voz alta, alternadamente, os trechos

pré-selecionados e tecemos comentários que variam desde o vocabulário, características do personagem, a diferença entre autor e narrador, etc.

Depois de duas semanas, durante as quais a leitura é realizada na íntegra e sem nossa interferência, voltamos a nos reunir. É nosso segundo encontro, quando analisamos, a partir de seus comentários, a obra integralmente.

Finalmente, no terceiro e último encontro, os relatórios de leitura são produzidos individualmente, para serem posteriormente encaminhados à diretoria da unidade, que os distribui aos respectivos juízes das varas das leitoras. Nesse momento a mesa torna-se muito pequena para as 20 pessoas previstas em cada ciclo e as leitoras que não conseguem lá se acomodar, arranjam-se usando como apoio livros de capa dura e maiores, para a produção de seus textos.

Em todas as mediações de um ciclo completo, isto é, um mês, não há presença alguma de agentes penais, o que torna o ambiente favorável às manifestações espontâneas das histórias de vida das leitoras, em maior ou menor intensidade. Misturam-se aos personagens e à trama, criticam ou elogiam protagonistas, perguntam sobre vocabulário, lembram de outros textos, o que torna cada roda de leitura especial, única e irreprodutível.

Em **Viela ensanguentada**, de Wesley Barbosa, o protagonista Mariano é um rapaz pobre, da periferia de São Paulo, jovem, assim como o autor. Segundo Maurício Mellone (online, mar. 2023):

A obra traz muito do universo do escritor, que morou numa favela e estudou até o ensino médio; como estagiário de uma biblioteca municipal tornou-se amante dos livros e a literatura de sonho passou a ser seu meio de vida.

Uma viela, um beco, com seus personagens das mais variadas funções (o dono do ferro velho, a mãe de santo, os rapazes encostados no muro que vendem o ‘bagulho’, o dono da mercearia, a bibliotecária, além da avó e da mãe de Mariano) formam não só o cenário do livro como são o espelho da vida de Wesley Barbosa.

Nossa primeira mediação com essa obra ocorreu em 08 de agosto de 2024, quando as leitoras tinham acabado de ser transferidas, o que pode ter suscitado relatos mais emotivos, como os que seguem:

Eu também moro lá (na periferia). Acontecia muito mais crimes. A gente ouvia muito os policiais sendo presos e as histórias circulavam. Tinha amigos. Os policiais mataram um homem que tinha deficiência, mataram e jogaram. Eu tinha 22 anos e a gente tinha medo de sair à noite. (...). Eles cortavam os corpos para não serem reconhecidos. (**Comentário 1**)

Eu sempre li, desde os cinco anos. Wesley Barbosa foi o único que falou da hipocrisia das religiões. Foi a primeira vez que eu aprendi a me reconhecer pela história. (**Comentário 2**)

Eu li as 3 páginas e comecei a chorar. Li tudo na 2ª-feira. Eu não queria comentar com minha companheira de cela porque eu não queria falar. **(Comentário 3)**

Eu li em um dia. A curiosidade matou o gato. Minhas companheiras de cela também leram. Elas se identificaram muito com o livro. **(Comentário 4)**

Aqui em Osasco eu via isso também. Existem policiais bons e corruptos. Me deram 200 g de maconha de presente”. **(Comentário 5)**

Percebemos nesses enunciados a identificação das leitoras com o personagem e suas dificuldades, o que as fez se emocionarem e se interessarem pela obra: “comecei a chorar”, “não queria falar”, “li em um dia”, “aprendi a me reconhecer”, “eu via isso também”. Em uma instituição em que as dificuldades cotidianas para sobrevivência exigem a “mortificação do eu”, lembrando Goffman, dar oportunidade, em um ambiente controlado como o da sala de aula onde nos reuníamos, para que se expressassem livremente, criou vínculos e relações de confiança. Assim, muitas passaram a nos contar sobre seus passados e o tempo presente como para justificar a privação de liberdade em que se encontravam: “me deram 200 gramas de maconha de presente”, “emprestei meu nome”, “participei de assalto a mão armada”.

O desejo de compartilhar o livro com pessoas externas às rodas de leitura, suas companheiras de cela, mesmo sem valer para remição de pena, mostra como a ficção pode criar e/ou reforçar relações de sociabilidade, sem as quais é impossível atravessar o cumprimento da sentença. Lembremo-nos de que a vida social em uma unidade prisional é

constituída de forma paralela à sociedade comum. Por ter natureza praticamente de uma sociedade autônoma, a sociedade formada pelos presos tem um regramento que lhe é peculiar, o qual basicamente tem como princípio fundamental a sobreposição em relação aos demais daquele que é tido como o mais forte ou o mais poderoso (Assis; Oliva, 2007, s.p.).

Como nosso acesso ao CPP é restrito (unicamente do portão de entrada às salas de aula e o caminho inverso) e não faz parte do projeto investigar como se dão as relações interpessoais entre as mulheres e entre elas e as agentes penais, são seus depoimentos e bibliografia acadêmica que nos dão suporte para inferir o impacto de nosso trabalho. Representamos, segundo nos dizem com frequência, “o mundo de fora”, “um respiro”, que as trata “como gente”, que lhes dão escuta, ainda que seja por apenas 06 horas mensais. E, quem sabe, ainda diminuir o número de dias na prisão.

A segunda roda de leitura da mesma obra ocorreu um ano mais tarde, em 21 de agosto de 2025, com outro grupo de mulheres, mas na mesma unidade prisional.

Vê se consegue abrir minha cabeça! **(Comentário 1)**

O livro não foge do que tem aí fora. Ele [Mariano] mora na marginalidade, mas tem de conviver com ela. **(Comentário 2)**

“É realidade com um pouco de ficção.” (**Comentário 3**).

“Na minha vida real, tudo que está aqui [em **Viola ensanguentada**] eu já vi também. Eu já perguntei para a Rota o que é “atitude suspeita”. Não vem da pessoa, mas do local e quem frequenta.” (**Comentário 4**)

“Eu sempre quis saber o que é atitude suspeita”. (**Comentário 5**)

“Essa é a atitude suspeita: a roupa que você usa, onde você está” (**Comentário 6**)

“Eu gostei [de **Viola Ensanguentada**] porque me identifiquei” (**Comentário 6**)

“Essas vielas existem”. (**Comentário 8**)

“Essa conversa me dá sono, mas me tira a cabeça do que está acontecendo lá dentro [a cela].

Esses enunciados mostram tanto a vontade de entenderem melhor a narrativa: “Vê se consegue abrir minha cabeça!”, como a relação que identificam entre a ficção e “a vida real”. Especificamente nesse encontro, foram além do texto, pois perceberam que o protagonista Mariano sofria as mesmas consequências que elas do racismo estrutural: “Eu já perguntei para a Rota o que é ‘atitude suspeita’. Não vem da pessoa, mas do local e quem frequenta”. E, finalmente, a possibilidade de se evadirem da opressão, por mais que a ficção as faça lembrar de seus passados: “Essa conversa me dá sono, mas me tira a cabeça do que está acontecendo lá dentro [a cela].”

Destaco, ainda, que uma das personagens secundárias de Wesley Barbosa, a bibliotecária Dandara, foi relacionada por uma das leitoras, filha de uma professora de história, com a guerreira do quilombo dos Palmares, sua homônima. Outras, ainda, associaram a narrativa ao **Quarto de despejo**, de Carolina Maria de Jesus, que também trata de fome, de pobreza, de falta de oportunidades em uma favela em São Paulo. Essas duas manifestações remetem aos conceitos trabalhados anteriormente, especialmente os de Iuri Lotman, pois trazem para a semiosfera da literatura suas experiências e memórias.

4. Memórias e cultura – vivências da teoria

Em uma prisão feminina, apesar dos uniformes iguais, camiseta branca e calça cáqui, as mulheres custodiadas conseguem se diferenciar uma das outras. Não raro apresentam cabelos pintados com cores alegres, fazem tranças, têm as unhas manicuradas e alguma maquiagem. Muitas vezes têm tatuagens, não sabemos se anteriores ou durante o período de aprisionamento.

Quando consultadas, respondem sem constrangimento seus nomes, a idade, o número de filhos e, muito frequentemente, o tempo decorrido desde que deram entrada no sistema. Não raro, contam espontaneamente o motivo de estarem privadas de liberdade, muitas vezes isentando-se de serem responsáveis pelo delito; “estava no lugar errado e com a pessoa errada”, “Deu azar”.

Ao longo dos quase dois anos de convivência com as leitoras do CPP, essas características físicas e esses relatos mantiveram-se estáveis, o que mostra a importância do cultivo de si mesmo em situação de aprisionamento para manter suas identidades. Ou, em outros termos: resistem à invisibilização e ao apagamento de suas histórias no contexto prisional.

Para os estudos da memória social, todos esses elementos são fundamentais, uma vez que a identidade é uma das condições para o ato de rememorar:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 204-205).

Quando o direito à privacidade é cerceado, propiciar momentos de escuta, como os que ocorrem durante as rodas de leitura, é juntar o campo do sensível com o teórico, uma vez que afetamos e somos afetados pelas narrativas de histórias de vida. É uma vivência da teoria, como expressa Luís Martino (in Nunes, 2024).

Questionadas sobre como imaginavam as suas vidas depois do cárcere, as leitoras de agosto de 2025 deixaram entrever “suas memórias de futuro”, como explica Mônica Rebecca Nunes, a partir de Jedlowski: “uma perspectiva sobre o passado não considerado como coleção de fatos históricos e acabados, mas como ambições, visões, imagens predecessoras concernentes ao futuro, que veio à tona como fruição ou, de outra forma, permaneceu não realizado” (2024, p. 29):

“Deus teve de colocar nós aqui para a gente aprender”.
(Comentário 1)

“Eu quero empreender”. **(Comentário 2)**

“Eu estava estudando em Sant’anna (Penitenciária Feminina de Sant’Anna), eu adorava biologia. (...). A única coisa a mais que tenho é o estudo. **(Comentário 3)**

“Na idade do Mariano, eu vendia balas. Eu conheci o tráfico quando tive filhos. Pedi leite na biqueira”. **(Comentário 4)**

“Estou presa há 26 anos. A gente trabalha para sair, para um sabonete”. **(Comentário 5)**

Exceto pelo comentário 2, que mostra o desejo de empreender, as demais parecem se ater ao passado, marcado seja pelo número de anos em cumprimento da pena “Estou presa há 26 anos”, seja pelo que faziam anteriormente, já na condição de privadas de liberdade: “Eu estava estudando em Sant’anna⁴”.

As demais respostas foram vagas, o que pode indicar: dificuldade para imaginar a vida como egressas, pois sabem do peso do estigma; culpa pelo erro cometido, uma vez que “Deus teve de colocar nós aqui para a gente aprender”; e, ao mesmo tempo, justificativa para recorrer ao tráfico: “Eu conheci o tráfico quando tive filhos”.

⁴ Trata-se de outra unidade prisional na cidade de São Paulo.

Embora possa parecer incompreensão sobre a vida futura, na condição de egressas, minha hipótese é a de que tais enunciados funcionam como um mecanismo de blindagem de possíveis frustrações e enfrentamentos da vida fora das grades. Afinal, as dificuldades dos egressos são inúmeras, apesar da Lei de Execução Penal (LEP), publicada em 1984 e de suas 14 alterações até 2025 (LEITE, 2024, s.p.), da Resolução nº 307/2019 do CNJ e dos Escritórios Sociais em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Enquanto a LEP pretende garantir “assistência social à família do preso e do internado, (...) quando necessários, estendendo à vítima essa forma de atendimento” (Câmara dos Deputados, 1983, s.p.), e a Resolução nº 307/2019 CNJ “dar uma resposta de Estado mais qualificada às cerca de 230 mil pessoas que recebem alvarás de soltura a cada semestre, segundo dados do Executivo Federal referentes ao primeiro semestre de 2020” (Conselho Nacional de Justiça (b), s.d), os Escritórios Sociais, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 2016, apostam “na articulação entre Judiciário e Executivo para oferecer serviços especializados a partir do acolhimento de pessoas egressas e seus familiares, permitindo-lhes encontrar apoio para a retomada do convívio em liberdade civil” (Conselho Nacional de Justiça (a), s.d).

No entanto, nenhuma dessas ações têm se mostrado bem-sucedida em seus propósitos. Segundo Felipe Athayde Lins de Melo, sociólogo e profissional desde 2004 das políticas penais, mais do que a LEP, da Resolução nº 307/2019 do CNJ e dos Escritórios Sociais, é o ativismo institucional que impulsiona transformações e resistências ideológicas:

Ainda que a LEP tenha sido aprovada em meio à efervescência política dos anos 1980, quando ganhavam força os movimentos pela redemocratização do país após duas décadas de ditadura militar, seu texto não alcança a perspectiva emancipatória que somente se consolidaria, ao menos em termos normativos, com a Constituição de 1988, de modo que o sistema de trocas entre comportamentos, benefícios e regalias, típico do modelo disciplinar que caracterizava a política penitenciária decorrente daquela perspectiva criminológica, manter-se-ia intocado. Não por acaso a LEP viria a estabelecer o patronato como órgão responsável por “prestar assistência aos albergados e aos egressos” (2024, p. 51).

Imersas em suas histórias de vida, marcadas, como vimos, pela pobreza e por questões raciais, a consciência do estigma decorrente de suas passagens pelo sistema e a ausência de recursos para mudarem de vida depois de cumpridas as penas, ofuscam seus sonhos de futuro, mas não as inibe de participarem ativamente das discussões sobre as obras, especialmente quando se dá o segundo encontro do ciclo, quando terminaram sua leitura. Emergem daí suas expressões verbais orais, aprendidas no sistema penitenciário, como “andar de bonde” (no transporte entre penitenciárias), “pé de pato ou justiceiro” para se referir ao matador de aluguel em São Paulo e “miliciano”, no Rio de Janeiro, “boiadeira” para quem transporta as refeições da cozinha às celas. Seus corpos abandonam a postura submissa; os olhos, antes voltados ao chão, ganham mais brilho e dirigem-se a nós, de frente. Deixamos de ser tratadas e tratados como “senhoras” e “senhor”, mas chamadas e chamados pelos nossos nomes próprios.

Tais atitudes são representativas das mudanças que ocorrem quando grupos de leitoras deixam as celas para a biblioteca, interagem entre si e também com as mediadoras e os mediadores, manuseiam os livros que conservam perto de si durante um mês inteiro. Nesse espaço permeado de livros experimentam outra cultura, sem abandonar a de origem. Por isso conseguem ressignificar determinadas passagens do texto literário, como a resistência do protagonista Mariano ao tráfico de drogas, apesar de seu entorno favorável, o que levou uma das leitoras a dizer: “pedi leite na biqueira”.

Trata-se quase de um paradoxo: no lugar onde se vendem drogas, portanto, ilegal e propício à violência dos traficantes e também de Estado, a leitora lembra-se de ter pedido leite, alimento diretamente associado a crianças pequenas. Nesse enunciado duas semiosferas, a da infância e a do crime, alargam seus limites e se acomodam. Dois esses signos opostos passam a conviver harmoniosamente, dadas as condições adversas em que essa mulher, agora privada de liberdade, já se encontrara.

Temos nesse exemplo a confirmação de Lotman para quem a cultura é sempre heterogênea e instável, “e o símbolo nunca pertence a um único corte sincrônico da cultura: ele sempre atravessa esse corte verticalmente, vindo do passado e indo para o futuro”⁵. Em outras termos: leite e biqueira hibridizaram-se, ativaram memórias do passado para o tempo presente e para um futuro incerto.

Sabemos que ao unir teoria, prática, escuta atenta e a valorização de suas culturas e memórias colaboramos para tornar o ambiente prisional, ao menos quando estamos em interação com as leitoras, em um espaço possível para que essas semioses ocorram. Projetadas para serem instituições opressoras e hierárquicas, a prisão transforma-se nesses encontros em local de cultura.

Conclusão

Vimos ao longo das respostas das leitoras que é muito mais difícil imaginar o futuro do que relembrar do passado. O ócio a que estão submetidas pela falta trabalho para todas, pelo escasso acesso à biblioteca, pelas poucas horas dedicadas ao ensino formal, e a consciência do estigma podem ajudar a entender esse atravessamento do tempo presente pelo passado.

Não é apenas o corpo que precisa se libertar e sobreviver depois do alvará de soltura. São as marcas introjetadas do processo de aprisionamento que também precisam ser elaboradas (Farias; Pinto, 2016) a partir de “**políticas públicas** que ofereçam apoio material, social e atenção psicológica” (Duarte; Farias, 2024, p.127), além de escuta ativa das suas memórias pela **sociedade civil**⁶. Em síntese: quando as experiências do cárcere se transformarem em um passado que já passou, quando o eu não for mais mortificado e oprimido pela cultura do outro, quando suas culturas se misturarem a outras e vice-versa, gerando novas semioesferas, as mulheres privadas de liberdade não mais adoecerão tanto mental e fisicamente.

⁵ No original: “el símbolo nunca pertenece a un solo corte sincrónico de la cultura: él siempre atraviesa ese corte verticalmente, viniendo del pasado y yéndose al futuro” (Lotman, 1996, p. 102)

⁶ Grifos da autora.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Lei de cotas. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas> Acesso em: 11 out. 2025.

ASSIS, Rafael Damaceno de; OLIVA, Márcio Zuba de. Objetivo das prisões, ressocialização ou punição? **Âmbito Jurídico**, 2007. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/objetivo-das-prisoos-ressocializacao-ou-punicao/> Acesso: 12 out. 2025.

BARROS FILHO, Armando Dantas de; LEITE, Carlinda; MONTEIRO, Angélica Maria Reis. Políticas de educação nas prisões: uma análise das 10 maiores populações prisionais. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, e280069, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pWxmMNdyF6x6jFk8g8mhPzN/?lang=pt> Acesso em: 08 nov. 2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - exposição de motivos**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7210-11-julho-1984-356938-exposicaodemotivos-149285-pl.html> Acesso em: 12 out. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (a). Escritórios Sociais. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/politica-de-atencao-a-pessoas-egressas-do-sistema-prisional-escritorios-sociais/escritorios-sociais/> Acesso em: 13 out. 2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (b). Política de atenção a pessoas egressas do sistema prisional. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/politica-de-atencao-a-pessoas-egressas-do-sistema-prisional-escritorios-sociais/> Acesso em: 13 out. 2025.

DUARTE, Paula Jardim; FARIAS, Franciso Ramos de. A importância da escuta qualificada nas políticas de atenção à pessoa egressa: memórias, contra-memórias e reconstrução de identidades. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília v. 5, n.1, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/709> Acesso em: 13 out. 2025.

FERREIRA, Jerusa Pires de. Cultura é memória. **Revista USP**. São Paulo (24) p. 114-120, dez/fev. 1994/19954.. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275503087_Cultura_e_memoria/citation/download Acesso em: 08 nov. 2025.

FARIAS, Francisco Ramos de; PINTO, Diana de Souza. Memória social e situação traumática. **Morpheus. Revista em Estudos Interdisciplinares em Memória Social** [edição especial]. 2016, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/2016%20-%20Mem%C3%B3ria%20social.pdf> Acesso: 10 nov. 2025.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. L&PM Pocket, [online]. Disponível em: <https://www.robertonovaes.com.br/wp-content/uploads/2024/03/FREUD-Sigmund.-O-Futuro-de-uma-Ilusao.pdf> Acesso em: 10 out. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JESUS, Cláudio Roberto de; GAMA, Arnaldo Costa. Segurança pública, cidade e cidadania. In: COSTA, Marco Aurelio. **Diálogos para uma política nacional de desenvolvimento urbano: temas transversais à PNDU**. Brasília, Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3030bea4-0de2-4e79-a4f2-1efb3480a361/content> Acesso em: 11 out. 2025.

LIMONTA & LIMONTA ADVOCACIA. E hoje saiu o último bonde (transporte de presas (os)) da Penitenciária Feminina da Capital. Disponível em: <https://www.facebook.com/vanessa.limonta.3/posts/e-hoje-saiu-o-%C3%BAltimo-bonde-transporte-de-presas-os-da-penitenci%C3%A1ria-feminina-da-8590175624335652> Acesso: 08 nov. 2025.

LEITE, Gisele. Recentes alterações na Lei de Execuções Penais. **Jusbrasil**, 19 abr.2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/recentes-alteracoes-na-lei-de-execucoes-penais/2379950118> Acesso: 13 out. 2025.

LOTMAN, Yuri. **La semiosfera**. Semiótica de la cultura y del texto. Madris: Cátedra, 1996.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Prefácio. In: NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. **Memórias do futuro em textos culturais midiáticos**; perspectivas semióticas. Campinas: Pontes, 2024.

MELLONE, Maurício. **Viela Ensanguentada**: romance de estreia do paulista Wesley Barbosa. Disponível em: <https://favodomellone.com.br/viela-ensanguentada-romance-de-estreia-do-paulista-wesley-barbosa/> Acesso: 12 out. 2025.

MELO, Felipe Athayde Lins de. Política nacional de atenção às pessoas egressas: construção e desafios. In: **Revista Brasileira de Execução Penal**. Brasília, Espen / Senappen, vol. 5, n.1 jan./jun. 2024. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/701> Acesso em: 10 nov. 2025.

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. **Estudos culturais**: uma abordagem prática. São Paulo: Senac, 2011.

PETIT, Michèle. **A arte de ler**, ou como resistir à adversidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. 1992, v.5, n.10. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941> Acesso em: 10 nov. 2025.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL (SAP). Unidades Prisionais/População prisional. Disponível em: <https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/cpp-fem.html>

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIIS (SENAPPEN). 18º Ciclo Sisdepen, 1º semestre de 2025. Brasília, 2025 Disponível em <https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/cpp-fem.html> Acesso em 08 nov. 2025

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Informação à sociedade. ADPF 347. Disponível em:

https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/1ADPF347Informaosocieda deV2_6out23_17h55.pdf Acesso em: 11 out. 2025.

TONTI, Rafaella Rugna; BRITO, Alexis Couto de. Encarceramento em massa no brasil: a guerra às drogas sob a perspectiva da criminologia crítica. **Direito: Ideias, práticas, instituições e agentes jurídicos** 2. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/encarceramento-em-massa-no-brasil-a-guerra-as-drogas-sob-a-perspectiva-da-criminologia-critica> Acesso em: 11 out. 2025.